



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

OBSERVAÇÃO

O Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, ALERTA a todos os licitantes que, por força do que fixa a legislação vigente e tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, está adotando como praxe a instauração dos processos administrativos sancionadores nos casos de prática de conduta vedada na lei e/ou no edital.

Solicitamos que as empresas elaborem e apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a execução do objeto na forma como foi prevista no edital e, dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preços são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, a solicitação para que as propostas sejam elaboradas de forma consciente e responsável, visando afastar quaisquer problemas futuros, tanto para o Hospital Municipal como para as empresas licitantes.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026/012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2026/000031

O **HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS**, através da Comissão de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, inclusive os decretos municipais nº 27.089/2024 e 27.090/2024 (publicados no Diário Oficial de Mogi Guaçu, edição nº 502, em 25/01/2024), e disponíveis para consulta no site oficial da Câmara Municipal de Mogi Guaçu - https://sistema.camaramogiguacu.sp.gov.br/consultas/legislacao/leis_ordinarias), e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 06 de abril de 2026

SISTEMA: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - LOCAL: www.bnc.org.br

CADASTRO DAS PROPOSTAS: até às 09h00min da data fixada para início da sessão pública

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

OBJETO: Tem por objeto, o presente edital de Pregão Eletrônico, o Registro de Preços para fornecimento em CONSIGNAÇÃO de grampeadores cirúrgicos descartáveis para atender as demandas do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12(doze) meses.

FINALIDADE: Aquisição de bens comuns

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM/LOTE

MODO DE DISPUTA E LANCES: MODO ABERTO, e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1,00%.

TIPO DE LICITAÇÃO: Ampla participação.

Orçamento será **SIGILOSO** conforme justificativa constante do **ANEXO C**.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão (licitações) da Bolsa Nacional de Compras**.

1 – DO OBJETO

1.1- Tem por objeto, o presente edital de Pregão Eletrônico, o Registro de Preços para fornecimento em CONSIGNAÇÃO de grampeadores cirúrgicos descartáveis para atender as demandas do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12(doze) meses.

2– DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados junto a Plataforma **Bolsa Nacionais de Compras**, no endereço www.bnc.org.br

2.2- Será concedido **tratamento favorecido** para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3- Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.2- Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.3- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4- Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

2.3.5- Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.4- A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3– DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA BNC-BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.

3.1- Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bnc.org.br “(fornecedores)”.

3.2- As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou E-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bnc.org.br.

3.3- A participação do licitante no pregão eletrônico se dará através de seu representante designado, o qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

3.4- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

3.5- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC- Bolsa Nacional de Compras;

3.6- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6.1- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, cabendo-lhe total responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4– DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

4.1- Os licitantes deverão cadastrar sua proposta inicial, até a data e horários estabelecidos no preâmbulo para recebimento das propostas, exclusivamente por meio do sistema BNC-Bolsa Nacional de Compras.

4.1.1- Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição detalhada do item cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, número do registro em órgão competente (se for o caso), preço unitário e total do item, com no máximo 02 (duas) casas decimais a vírgula.

4.1.2- É vedada a identificação do licitante em sua proposta inicial, sob pena de desclassificação.

4.2- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

4.2.2- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

4.2.3- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.4- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.5- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

4.3- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos DO CREDENCIAMENTO estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1- No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

4.4.2- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5- A falsidade da declaração de que trata os itens **4.2** ao **4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

4.8- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Hospital Municipal ou de sua desconexão.

4.9- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

5– DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.1- As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras.

5.1.1- O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras.

5.2- O licitante deverá enviar a sua proposta inicial mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos de Valor unitário ou Valor Total, conforme critério de julgamento adotado, em moeda nacional, e, se solicitado, marca/fabricante.

5.3- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.6- O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior à quantidade prevista para contratação.

5.7- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

5.8- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

5.8.1- Os documentos não poderão ser excluídos ou alterados após o encerramento do prazo para recebimentos das propostas.

5.8.2- O licitante, mais bem classificado, somente deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos neste edital posteriormente, na fase de habilitação, após convocação do Pregoeiro e dentro do prazo estabelecido neste edital.

5.9- Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

5.10- Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais.

5.10.1- A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

6– DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2- Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

6.2.1- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

6.2.2- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, podendo ser desclassificada na fase de aceitação fundamentada e registrada no sistema.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

6.3- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente elas participarão da fase de lances.

6.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

6.5- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6- O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.7- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.1- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00% (um por cento).

6.10- O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO.

6.10.1- No pregão eletrônico no MODO DE DISPUTA “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.2- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.3- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.4- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12.1- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7 - DOS CRITERIOS DE DESEMPATE, JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS.

7.1- Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.1.1- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.1.2- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.1.3- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.1.4- Não se aplicará o desempate de que tratam os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.2- Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.2.1- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.2.2- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

7.2.3- Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.2.4- Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.

7.3- Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.3.1- Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.3.2- Empresas brasileiras;

7.3.3- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.3.4- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.4- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.4.1- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.4.2- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo Hospital Municipal.

7.4.3- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.5- Será desclassificada a proposta que:

7.5.1- Contiver vícios insanáveis;

7.5.2- Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3- Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Hospital Municipal;

7.5.5- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Hospital Municipal.

7.6.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1- Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2- Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6.2- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7- Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8- DA PROPOSTA READEQUADA E FICHA TÉCNICA E/OU OUTROS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1- O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada dos documentos técnicos conforme elencados no **ANEXO A** e, se for o caso, de documentos complementares.

8.1.1- É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.2- A PROPOSTA, conforme modelo constante do **ANEXO B**, deverá conter os seguintes elementos:

a) Preços unitário e total, dos itens classificados, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

b) Descrição completa do serviço e/ou produto ofertado, informando, quando aplicável: marca/fabricante, medidas, capacidade, acondicionamento, ABNT-NBR, número do registro em órgão competente e demais informações pertinentes.

c) O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (real), com até 02 (duas) casas decimais (0,00), com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

d) Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no artigo 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

e) Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

8.2.1- O licitante deverá ofertar somente uma marca para o(s) item(ns), sob pena de desclassificação, também não será permitida a troca da marca inicialmente ofertada, quando for o caso.

8.3- Durante este prazo, o licitante melhor classificado, e se necessário, deverá redefinir o último lance ofertado/vencedor, utilizando o botão próprio do sistema “redefinir valores”, sob pena de desclassificação.

8.4- A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9- DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AMOSTRAS.

9.1- As informações relativas à habilitação da empresa participante desta licitação, bem como da apresentação de amostras e documentos técnicos estão elencadas no Termo de Referência, **ANEXO A** deste Edital.

9.2- Para esta Licitação será necessária a apresentação de amostras.

10- DA FASE DE HABILITAÇÃO.

10.1- Encerrada a etapa de julgamento, negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

10.1.1 - O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, **sujeito a desclassificação**, caso não faça no tempo determinado.

10.2- Nesta fase, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Apenados do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/>)

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

c) Sistema Eletrônico de Certidões da Controladoria-Geral da União (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)

10.3- Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

10.4- Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, por meio eletrônico, via plataforma BNC Bolsa Nacional de Compras, nos termos deste Edital, a documentação relacionada no **ANEXO III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

10.4.1- Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, que não possa ser dirimida de forma digital/eletrônica, será exigida a apresentação dos originais não digitais.

10.5- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.

10.6- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Mogi Guaçu/SP, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7- Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

10.8- Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

10.8.1- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

10.8.2- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.9- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.10- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.11- Verificada a conformidade dos documentos apresentados, o licitante será declarado **VENCEDOR**.

11- DOS RECURSOS.

11.1- A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133 de 2021.

11.2- Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro anunciará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor **RECURSO**, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

11.2.1- O prazo para manifestação da intenção de recurso será de, no mínimo, **10 minutos**, sob pena de preclusão.

11.3- Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1- Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, salvo aos recursos manifestamente contrários às normas contidas neste Edital.

11.4- A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.5- Havendo interposição de recurso, a recorrente terá o **prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata para apresentação das razões recursais.

11.5.1- A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão **apresentar contrarrazões em igual prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.5.2- Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, sob pena de não conhecimento.

11.5.3- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7.1- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8- Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, para a prática dos atos descritos no artigo 71 e § da Lei 14.133/21.

12- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1- Julgados os recursos, se houver, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

12.1.1- A homologação do certame será publicada, em resumo, no Diário Oficial Eletrônico do Município disponibilizada no site oficial da Autarquia: <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/>,

12.2- Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato com obrigação de fornecimento/prestação do serviço, respeitando o prazo de validade de sua proposta, e observando as condições estabelecidas neste Edital.

12.2.1- Como condição para a sua contratação, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE**, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes do contrato.

13- DO CONTRATO

13.1- Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO D** deste Edital.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

13.2- O contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de E-mail indicado pelo licitante na sua documentação, competindo à **CONTRATADA, no prazo de 03 (três) dias úteis:**

a) No caso de assinatura eletrônica: A devolutiva do contrato, contendo as assinaturas eletrônicas do representante legal e testemunha da empresa, produzidas sob a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001; ou

b) No caso de assinatura convencional (física): A impressão e assinatura do contrato pelo representante legal e testemunha da empresa, rubricado nas demais folhas, e a entrega da via original na Comissão de Licitações do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, sito à Avenida Padre Jaime, nº 1500 – CEP 13844-070 – Jardim Planalto Verde, no Município de Mogi Guaçu/SP.

13.3- O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

13.3.1- A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

13.3.2- A justificativa apresentada seja aceita pelo Hospital Municipal;

13.4- O contrato será assinado, preferencialmente, por meio de assinatura digital.

13.5- Por se tratar de licitação com julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, será formalizado apenas um contrato para a execução de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

13.6- Os preços contratados, com a indicação da licitante vencedora, serão divulgados no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

14- DAS PENALIDADES - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1- As penalidades, infrações e sanções administrativas relativas ao descumprimento das cláusulas do Contrato decorrente deste estão elencadas no Termo de Referência, **ANEXO A**, bem como na Minuta de Contrato, **ANEXO D**, deste Edital.

15- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

15.1- Qualquer pessoa é parte legítima para **IMPUGNAR O EDITAL** ou **SOLICITAR ESCLARECIMENTOS**, devendo protocolar o pedido no **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

15.1.1- A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via **Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras**, através do site www.bnc.org.br

15.1.2- A impugnação ao edital também poderá ser protocolada em dias úteis, das 08h00min às 16h00min, dirigidas ao Pregoeiro no Setor de Licitações - na Avenida Padre Jaime, nº 1.500, Jardim Planalto Verde, Mogi Guaçu/SP.

15.2- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

15.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.5- As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.bnc.org.br e <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

16.1- A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

16.2- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Hospital Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.3.1- Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Hospital Municipal.

16.4- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.5- O Manual de operações da Plataforma **BNC – Bolsa Nacional de Compras** encontra-se disponível aos interessados no Portal www.bnc.org.br.

16.5.1- Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma **BNC – Bolsa Nacional de Compras** podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma **BNC – Bolsa Nacional de Compras**, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.bnc.org.br.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

16.6- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.7- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no sítio eletrônico desta Autarquia: <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/>

16.8- A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação.

16.9- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.10- É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.11- Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

17- JUSTIFICATIVA PARA O CARATER SIGILOSO

17.1- Os motivos que justificam o caráter sigiloso na divulgação dos preços de referência estão elencados no **ANEXO C** deste Edital.

18 – DOS ANEXOS

18.1- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.1.1- ANEXO A – Termo de referência e seus anexos;

ANEXO I – Declaração Unificada;

ANEXO II – Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

ANEXO III – Declarações Complementares;

18.1.2- ANEXO B – Modelos de proposta de preços;

18.1.3- ANEXO C – Justificativa do caráter sigiloso

18.1.4- ANEXO D - Minuta do contrato;

18.1.5- ANEXO E – Termo de ciência e notificação

Mogi Guaçu, 12 de março de 2026.

Luciano Firmino Vieira
Superintendente



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ANEXO A TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO EM CONSIGNAÇÃO DE GRAMPEADORES CIRÚRGICOS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS, POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES

1– DO OBJETO

1.1- O objeto será o Registro de Preços para fornecimento em CONSIGNAÇÃO de grampeadores cirúrgicos descartáveis para atender as demandas do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12(doze) meses, caracterizado como bem comum decorrente da necessidade de atender a demanda cirúrgicas, nas especificações e quantitativos descritos abaixo:

Item	Qtd	Unid	Descrição
01	300	PC	16.03.000535 - Grampeador curvo cortante SCC40 - Grampeador cirúrgico curvo cortante; com mandíbula de 40mm para acesso confinado; pré-recarregado com cartucho; carga de 4 linhas de grampo de titânio com fechamento de 2,0mm; com trava de segurança contra disparos acidentais, estéril, descartável; em embalagem individual com barreira microbiana e abertura asséptica; contendo número de lote, prazo de validade registro na ANVISA.
02	300	PC	16.01.000662 - Grampeador cirúrgico linear cortante 80mmx3.8 Grampeador cirúrgico linear cortante comprimento de 80 mm. Dimensão para grampos para tecidos normais e espesso compatível com grampos de 3.8 mm, utilizado na realização de cirurgias geral do trato gastrointestinal, torácico e/ ou ressecção e criação de anastomoses, que dispare 6 linhas de grampos. Deve possuir trava de segurança para evitar o disparo acidental do grampeador. Carga auto ajustável, estéril, descartável, embalado individualmente com barreira microbiana e abertura asséptica. Contendo número de lote, prazo de validade e registro na ANVISA. Padronizados pela tabela SUS.
03	300	PC	16.01.000648 - Grampeador cirúrgico linear cortante 80mmx4.8 Grampeador cirúrgico linear cortante comprimento de 80 mm. Dimensão para grampos para tecidos normais e espesso de 4.8 mm, utilizado na realização de cirurgias geral do trato gastrointestinal, torácico e/ ou ressecção e criação de anastomoses, que dispare 6 linhas de grampos. Deve possuir trava de segurança para evitar o disparo acidental do grampeador. Carga auto ajustável, estéril, descartável, embalado individualmente com barreira microbiana e abertura asséptica, contendo número de lote, prazo de validade e registro na ANVISA. Padronizados pela tabela SUS
04	500	PC	16.01.000663 - Cartucho para grampeador linear cortante 80mmx3.8 - Cartucho para grampeador cirúrgico linear cortante, com comprimento de 80 mm indicado para tecidos espessos, compatível com grampos de 3.8 mm Destinado à utilização em procedimentos cirúrgicos do trato gastrointestinal, torácicos e em ressecções com confecção de anastomoses, permitindo disparo de múltiplas linhas paralelas de grampos, com corte simultâneo do tecido, quando utilizado com o grampeador compatível. Cartucho com carga auto ajustável, proporcionando compressão adequada e uniforme do tecido. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro válido na ANVISA, conforme legislação sanitária vigente.
05	500	PC	16.01.000649 - Cartucho para grampeador linear cortante 80mmx4.8 Cartucho para grampeador cirúrgico linear cortante, com comprimento de 80 mm, indicado para tecidos espessos, compatível com grampos de 4,8



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			mm Destinado à utilização em procedimentos cirúrgicos do trato gastrointestinal, torácicos e em ressecções com confecção de anastomoses, permitindo disparo de múltiplas linhas paralelas de grampos, com corte simultâneo do tecido, quando utilizado com o grampeador compatível. Cartucho com carga auto ajustável, proporcionando compressão adequada e uniforme do tecido. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro válido na ANVISA, conforme legislação sanitária vigente.
Item	Qtd	Unid	Descrição
06	300	PC	16.01.000647 – Grampeador cirúrgico circular intraluminal SCS 31MM Grampeador cirúrgico circular SCS 31MM - Grampeador cirúrgico circular, modelo SCS, com diâmetro de 31 mm, indicado para anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, promovendo fechamento seguro e uniforme do tecido. Deve possuir sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA, conforme legislação sanitária aplicável.
Item	Qtd	Unid	Descrição
07	300	PC	16.03.000644 - Grampeador cirúrgico intraluminal curvo DCS29MM Grampeador cirúrgico circular, com diâmetro de 29 mm, indicado para a confecção de anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, promovendo fechamento seguro e uniforme do tecido. Possui sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA
Item	Qtd	Unid	Descrição
08	300	PC	16.03.000646 - Grampeador cirúrgico intraluminal curvo DCS25MM - Grampeador cirúrgico circular, com diâmetro de 25 mm, indicado para a confecção de anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, proporcionando fechamento seguro e uniforme do tecido. Possui sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA, conforme legislação sanitária aplicável.

1.2 – DA ORGANIZAÇÃO DOS ITENS EM LOTES

Visando garantir a **compatibilidade técnica, a segurança cirúrgica e a integridade do funcionamento** dos equipamentos (considerando que cartuchos e grampeadores devem ser do mesmo fabricante para evitar falhas de disparo ou ressecção), os itens deste edital serão adjudicados conforme o agrupamento abaixo:

I. GRUPO/LOTE 01 (Itens 02 e 04):

- Composto pelo **Item 02** (Grampeador linear 80mmx3.8) e pelo **Item 04** (Cartucho compatível 80mmx3.8).



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

- **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global do Lote.
- **Justificativa:** Interdependência entre o equipamento principal e o insumo de reposição (sistema fechado).

II. GRUPO/LOTE 02 (Itens 03 e 05):

- Composto pelo **Item 03** (Grampeador linear 80mmx4.8) e pelo **Item 05** (Cartucho compatível 80mmx4.8).
- **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global do Lote.
- **Justificativa:** Garantia de perfeita acoplagem e compressão tecidual uniforme, conforme especificações técnicas do fabricante.

III. ITENS DE ADJUDICAÇÃO INDIVIDUAL (Itens 01, 06, 07 e 08):

- Os demais itens (01, 06, 07 e 08) serão julgados de forma independente, pelo critério de **Menor Preço Unitário**, por tratarem-se de dispositivos pré-carregados ou que não dependem de aquisição de carga avulsa neste certame.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1- A Contratação e seus quantitativos fundamenta-se no artigo 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, Inciso I do artigo 31 do Decreto Municipal nº 27.089/2024 e nas demais normas legais e regulamentares, atinentes à matéria, e encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos”, como referência regional em média complexidade (SUS), demanda a utilização contínua de grampeadores cirúrgicos descartáveis para procedimentos eletivos e de urgência/emergência.

3.2. Estes insumos são essenciais para a síntese e anastomose de tecidos, contribuindo diretamente para a redução do tempo operatório, diminuição do risco de infecções e melhor recuperação pós-cirúrgica.

3.3. Diante da imprevisibilidade da demanda e da diversidade das especialidades atendidas, a adoção da **Ata de Registro de Preços** é a solução que melhor garante o abastecimento imediato e a padronização dos materiais, permitindo aquisições parceladas com maior eficiência administrativa e controle de custos.

4 – DA JUSTIFICATIVA

4.1 Finalidade Assistencial: A aquisição de grampeadores cirúrgicos justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade e a segurança dos procedimentos realizados no Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos”. Estes dispositivos são indispensáveis para síntese, secção e anastomose de tecidos, garantindo eficiência cirúrgica e a redução do tempo operatório e de riscos de infecção.

4.2 Continuidade do Serviço: A indisponibilidade desses insumos compromete diretamente a programação hospitalar, podendo gerar adiamentos ou cancelamentos de cirurgias, com impactos negativos na rotatividade das salas e na assistência aos usuários do SUS.

4.3 Eficiência Administrativa (SRP): Considerando a diversidade de especialidades e a imprevisibilidade da demanda, a formalização de uma **Ata de Registro de Preços** apresenta-se como a solução mais adequada. O modelo permite aquisições parceladas conforme a necessidade, evita estoques excessivos ou desabastecimentos e atende aos princípios da economicidade e planejamento.

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Qualificação do Fornecedor:

A empresa detentora da Ata deve possuir capacidade técnica, operacional e logística comprovada para o fornecimento, mantendo-se regularmente habilitada perante os órgãos fiscais, trabalhistas e sanitários.

5.2 Especificações dos Produtos:

- Os materiais devem ser **novos (primeiro uso)**, não reprocessados, em embalagens originais íntegras e dentro do prazo de validade.
- É obrigatório o **registro vigente na ANVISA**, devendo a documentação ser apresentada sempre que solicitada.
- Devem acompanhar o produto: instruções de uso, identificação do fabricante, lote e data de validade.

5.3 Rastreabilidade e Normas:

- O fornecedor deve garantir a rastreabilidade total (lote e registro) para fins de fiscalização ou eventual recolhimento (*recall*).



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

- Devem ser rigorosamente observadas as normas de armazenamento e transporte, bem como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando aplicável.

5.4 Atendimento: A contratada deverá manter canal de comunicação formal e eficaz para o recebimento de pedidos e suporte técnico, assegurando a agilidade necessária às demandas da unidade hospitalar.

6 – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Regime de Execução: O fornecimento de grampeadores cirúrgicos descartáveis ocorrerá de forma consignada sob demanda, mediante solicitações formais (Autorização de Fornecimento) emitidas pela Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

- **6.1.1.** Os quantitativos registrados são estimativos e não geram obrigação de aquisição integral, ocorrendo conforme a necessidade efetiva do Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos”.

6.2. Especificações dos Produtos: Os itens deverão ser entregues novos, de primeiro uso, estéreis, não reprocessados, em embalagens originais, lacradas e íntegras.

- **6.2.1.** Devem estar acompanhados de bula/ficha técnica e identificação clara do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro na ANVISA.

- **6.2.2.** É vedado o fornecimento de produtos com validade vencida ou com prazo de validade insuficiente para o consumo seguro pela unidade de saúde.

6.3. Prazo e Local de Entrega: O prazo para entrega será de **07 (sete) dias úteis**, contados do recebimento da solicitação formal.

- **6.3.1.** O objeto deverá ser entregue no Setor de Farmácia do CONTRATANTE, situado na Avenida Padre Jaime, nº 1500, Jardim Planalto Verde, Mogi Guaçu – CEP 13844-070, das 08h:00 as 15h:30min.

- **6.3.2.** O transporte, a carga e a descarga correrão sob responsabilidade integral e exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.4. Recebimento e Conferência: O recebimento dar-se-á nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- **I - Provisoriamente:** para conferência quantitativa e integridade das embalagens;
- **II - Definitivamente:** após verificação da conformidade técnica e documental com as especificações deste Termo de Referência.

6.5. Garantia e Substituições: A contratada responderá pela qualidade, segurança e desempenho dos produtos, obrigando-se a substituir imediatamente, sem ônus, quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias ou não conformidades (técnicas ou de registro).

- **6.5.1.** A garantia de qualidade não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros (vício do produto), respondendo administrativa, civil e penalmente por falhas no fornecimento.

6.6. Logística e Rastreabilidade: A contratada deverá manter registro e rastreabilidade dos lotes fornecidos, garantindo o pronto atendimento a eventuais ações de tecnovigilância, recolhimentos ou determinações da ANVISA.

- **6.6.1.** A contratada deve assegurar estoque e logística compatíveis com as demandas do Hospital, priorizando o atendimento em situações excepcionais de urgência justificadas pela Administração.

6.7. Limites da Responsabilidade: A responsabilidade da contratada é restrita ao fornecimento dos produtos e seus acessórios originais.

- **6.7.1.** Não cabe à contratada o fornecimento de recursos humanos, equipamentos, instrumentais cirúrgicos ou EPIs para a execução dos procedimentos.

- **6.7.2.** O descarte de resíduos de serviços de saúde (após o uso dos grampeadores) é de responsabilidade do Hospital, conforme seu Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRSS).

7 – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA

7.1. Para o objeto do presente termo não se aplica esta cláusula.

8 – DO FORNECIMENTO DO MATERIAL DE CONSUMO

8.1. A consignação dos grampeadores cirúrgicos é de responsabilidade integral da **CONTRATADA**, cabendo-lhe assegurar a entrega, o controle de qualidade, a integridade das embalagens e a rastreabilidade por lote e validade, conforme as normas da ANVISA.

8.2. A logística de transporte, acondicionamento e manuseio corre exclusivamente por conta da **CONTRATADA**. Não caberá à **CONTRATANTE** qualquer ônus pela disponibilização de equipamentos, instrumentais, EPIs ou materiais complementares, limitando-se sua atuação à solicitação de fornecimento e ao recebimento dos produtos.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

8.3. O descarte dos resíduos de serviços de saúde decorrentes do uso dos produtos é de responsabilidade da unidade de saúde (**CONTRATANTE**), conforme seu Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRSS).

8.4. Da Devolução do Saldo Consignado (Logística Reversa): Ao término da vigência da Ata de Registro de Preços, ou em caso de rescisão, a **CONTRATADA** deverá realizar o levantamento do estoque remanescente e retirá-lo em até **10 (dez) dias úteis**, observando:

- **I - Isenção de Ônus:** Os produtos não utilizados e com embalagem íntegra serão devolvidos sem qualquer custo à **CONTRATANTE**, mediante documento de estorno de remessa;
- **II - Danos ao Material:** Caso o material apresente embalagem violada ou dano por culpa exclusiva da **CONTRATANTE**, esta deverá proceder com o faturamento regular do item;
- **III - Acesso e Agendamento:** A **CONTRATANTE** garantirá o livre acesso dos prepostos da empresa para a retirada, mediante agendamento prévio de 48 horas;
- **IV - Abandono de Material:** A não retirada dos materiais no prazo estipulado, após notificação formal, desobriga a **CONTRATANTE** da responsabilidade pela guarda e integridade dos itens, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA 9 – DO PRAZO DE ENTREGA E DO FLUXO DE PEDIDOS

9.1. Fluxo de Solicitação: As solicitações de fornecimento (reposição de estoque consignado ou pedidos emergenciais) serão realizadas formalmente pela **CONTRATANTE** através de **e-mail institucional**, direcionado ao endereço eletrônico indicado pela **CONTRATADA**.

9.1.1. Prazo de Entrega: A **CONTRATADA** terá o prazo de até **07 (sete) dias úteis**, contados do envio do e-mail de solicitação, para efetuar a entrega dos materiais no local designado.

9.2. Registro e Qualidade: Todos os materiais devem estar devidamente registrados na ANVISA/Ministério da Saúde, atendendo integralmente à legislação sanitária vigente, acompanhados de bula/ficha técnica e identificação clara do número de lote e validade.

9.3. Garantia e Troca: Durante a validade do produto, se constatada qualquer alteração na qualidade, composição ou integridade da embalagem estéril, a **CONTRATADA** compromete-se a trocá-lo em até **72 horas**, sem ônus para o HMTR.

10 – GESTÃO DO CONTRATO

10.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2- As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.3- O **CONTRATANTE** poderá convocar representante da **CONTRATADA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.4- A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

10.5- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos do “caput” do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Gestor e Fiscal do contrato, descritos abaixo, designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da mesma Lei:

10.5.1 – GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Renata Cristina Bittencourt Gonçalves
Função: Coordenadora do Centro Cirúrgico
CPF/MF nº 261.061.798-40
E-mail: centrocirurgico@hmtrmogiquacu.com

10.5.2- FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Mislene Goulart dos Santos Silva
Função: Gestora Autárquica de Planejamento
CPF/MF nº 226.261.178-54
E-mail: enfermagem.adm@hmtrmogiquacu.com

10.6- São responsabilidades do FISCAL, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

10.6.1- Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o **CONTRATANTE**;



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

10.6.2- Anotar em histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.6.3- Identificar qualquer inexecução ou irregularidade e emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

10.6.4- Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, inclusive quando ocorrer descumprimento das obrigações contratuais, atuando, tempestivamente, na solução do problema.

10.6.5- Verificar, ainda, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.7- São responsabilidades do GESTOR, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

10.7.1- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

10.7.2- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

10.7.3- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

10.7.4- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

10.7.5- Tomar providências para a formalização de possível processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

10.7.6- Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

10.7.7- Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10.8- A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

10.8.1- A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

11 – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1- Fiscalização: A fiscalização monitorará a execução e as entregas, conferindo a documentação fiscal quanto a quantidades, valores e conformidade com as especificações.

11.2- Preços: Os preços propostos devem incluir todos os custos diretos e indiretos (tributos, encargos e despesas acessórias), constituindo a única contraprestação devida pelo CONTRATANTE.

11.3- Vínculo Empregatício: O pessoal alocado pela CONTRATADA não terá vínculo de qualquer natureza com o CONTRATANTE. Eventuais demandas judiciais trabalhistas deverão ser ressarcidas pela CONTRATADA, incluindo custas e deslocamentos.

11.4- Do Recebimento:

- 11.4.1-** O objeto será recebido no endereço indicado na Cláusula Sexta, mediante aceite e conferência da Nota Fiscal.
- 11.4.2-** Fornecimentos em desacordo com o Termo de Referência ou com a proposta serão rejeitados, total ou parcialmente, sem prejuízo de sanções.
- 11.4.3-** Irregularidades ou inconsistências suspendem o prazo de recebimento e de pagamento até a sua integral regularização.
- 11.4.4-** O recebimento não exclui a responsabilidade civil ou ético-profissional da CONTRATADA pela solidez e execução do contrato.

11.5- Do Faturamento e Documentação:



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

- **11.5.1-** A Nota Fiscal/Fatura deve ser discriminada em nome do CONTRATANTE e corresponder exatamente ao objeto entregue.
- **11.5.2-** Em caso de divergência ou adimplemento parcial, a CONTRATADA será notificada para sanar a falha em **2 (dois) dias úteis**, suspendendo-se o prazo de pagamento.
- **11.5.3-** O pagamento fica condicionado à apresentação dos originais ou cópias autenticadas (via internet) das seguintes certidões de regularidade, dentro da validade:
 1. Tributos Federais e Dívida Ativa da União (abrangendo Seguridade Social);
 2. Fazenda Estadual e Municipal da sede da contratada;
 3. FGTS (CRF);
 4. Trabalhista (CNDT).
- **11.5.4-** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa (Art. 206 CTN) ou guias de recolhimento do mês anterior ao pagamento.
- **11.5.5-** Eventuais omissões ou erros nas especificações não justificam cobranças de "serviços extras" ou alteração de preços unitários.

11.6- Condições de Pagamento:

- **11.6.1-** O pagamento será efetuado em moeda corrente, via ordem bancária, em até **30 dias** após o atesto da Nota Fiscal. **É vedado o pagamento via boleto bancário.**
- **11.6.2-** Incidirão as retenções tributárias (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e ISS) conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e legislações municipais vigentes.
- **11.6.3-** A paralisação do serviço por motivo alheio ao CONTRATANTE não gera obrigação de pagamento. Eventuais multas ou débitos da CONTRATADA poderão ser descontados diretamente das faturas.

12 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1- Procedimento: A seleção ocorrerá via **Pregão Eletrônico**, pelo critério de **menor preço (por item ou lote)**, observadas as especificações técnicas e requisitos de habilitação.

12.2- Regras de Habilitação:

- **12.2.1-** Documentos sem prazo de validade expresse serão considerados válidos por **90 dias** da emissão.
- **12.2.2-** A documentação deve pertencer ao estabelecimento (Matriz ou Filial) que efetivamente firmará o contrato, salvo documentos que, por natureza, sejam emitidos apenas pela Matriz. Atestados de capacidade técnica são aceitos de ambas.
- **12.2.3-** Documentos digitais com certificação **ICP-Brasil** dispensam originais ou autenticações em papel. O reconhecimento de firma só será exigido em caso de dúvida fundada.

12.3- Tratamento Diferenciado (ME/EPP/MEI):

- **12.3.1-** Devem apresentar toda a documentação, mesmo que possuam restrição fiscal/trabalhista.
- **12.3.2-** Havendo restrição e sendo declarada vencedora, a empresa terá **5 dias úteis** (prorrogáveis por igual período) para regularização, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação de sanções (Art. 155 da Lei 14.133/2021).

12.4- Disposições Gerais:

- **12.4.1-** O Pregoeiro poderá realizar diligências em sites oficiais para verificar a autenticidade das certidões.
- **12.4.2-** Não serão aceitos protocolos de solicitação em substituição aos documentos exigidos.
- **12.4.3-** Após o comando do Pregoeiro, o licitante terá **2 (duas) horas** para inserir os documentos no sistema, sob pena de desclassificação.

13 – ESTIMATIVA DO PREÇO

13.1. As propostas de preços foram apresentadas com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do contrato, conforme tabela abaixo:

Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unit.	Valor total
01	300	PC	16.03.000535 - Grampeador curvo cortante SCC40 - Grampeador cirúrgico curvo cortante; com mandíbula de 40mm para acesso confinado; pré-recarregado com cartucho; carga de 4 linhas de grampo de titânio com fechamento de 2,0mm; com trava de segurança contra disparos		



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			acidentais, estéril, descartável; em embalagem individual com barreira microbiana e abertura asséptica; contendo número de lote, prazo de validade registro na ANVISA.		
Item	Qtd	Unid	Descrição		
02	300	PC	16.01.000662 - Grampeador cirúrgico linear cortante 80mmx3.8 - Grampeador cirúrgico linear cortante comprimento de 80 mm. Dimensão para grampos para tecidos normais e espesso compatível com grampos de 3.8 mm, utilizado na realização de cirurgias geral do trato gastrointestinal, torácico e/ ou ressecção e criação de anastomoses, que dispare 6 linhas de grampos. Deve possuir trava de segurança para evitar o disparo acidental do grampeador. Carga auto ajustável, estéril, descartável, embalado individualmente com barreira microbiana e abertura asséptica. Contendo número de lote, prazo de validade e registro na ANVISA. Padronizados pela tabela SUS.		
Item	Qtd	Unid	Descrição		
03	300	PC	16.01.000648 - Grampeador cirúrgico linear cortante 80mmx4.8 - Grampeador cirúrgico linear cortante comprimento de 80 mm. Dimensão para grampos para tecidos normais e espesso de 4.8 mm, utilizado na realização de cirurgias geral do trato gastrointestinal, torácico e/ ou ressecção e criação de anastomoses, que dispare 6 linhas de grampos. Deve possuir trava de segurança para evitar o disparo acidental do grampeador. Carga auto ajustável, estéril, descartável, embalado individualmente com barreira microbiana e abertura asséptica, contendo número de lote, prazo de validade e registro na ANVISA. Padronizados pela tabela SUS.		
Item	Qtd	Unid	Descrição		
04	500	PC	16.01.000663 - Cartucho para grampeador linear cortante 80mmx3.8 - Cartucho para grampeador cirúrgico linear cortante, com comprimento de 80 mm. indicado para tecidos espessos, compatível com grampos de 3.8 mm. Destinado à utilização em procedimentos cirúrgicos do trato gastrointestinal, torácicos e em ressecções com confecção de anastomoses, permitindo disparo de múltiplas linhas paralelas de grampos, com corte simultâneo do tecido, quando utilizado com o grampeador compatível. Cartucho com carga autoajustável, proporcionando compressão adequada e uniforme do tecido. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro válido na ANVISA, conforme legislação sanitária vigente.		
Item	Qtd	Unid	Descrição		
05	500	PC	16.01.000649 - Cartucho para grampeador linear cortante 80mmx4.8 Cartucho para grampeador cirúrgico linear cortante, com comprimento de 80 mm, indicado		



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			para tecidos espessos, compatível com grampos de 4,8 mm. Destinado à utilização em procedimentos cirúrgicos do trato gastrointestinal, torácicos e em ressecções com confecção de anastomoses, permitindo disparo de múltiplas linhas paralelas de grampos, com corte simultâneo do tecido, quando utilizado com o grampeador compatível. Cartucho com carga autoajustável, proporcionando compressão adequada e uniforme do tecido. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro válido na ANVISA, conforme legislação sanitária vigente.		
Item	Qtd	Unid	Descrição		
06	300	PC	16.01.000647 – Grampeador cirúrgico circular intraluminal SCS 31MM Grampeador cirúrgico circular SCS 31MM - Grampeador cirúrgico circular, modelo SCS, com diâmetro de 31 mm, indicado para anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, promovendo fechamento seguro e uniforme do tecido. Deve possuir sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA, conforme legislação sanitária aplicável.		
Item	Qtd	Unid	Descrição		
07	300	PC	16.03.000644 Grampeador cirúrgico intraluminal curvo DCS29MM - Grampeador cirúrgico circular, com diâmetro de 29 mm, indicado para a confecção de anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, promovendo fechamento seguro e uniforme do tecido. Possui sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA		
Item	Qtd	Unid	Descrição		



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

08	300	PC	16.03.000646 - Grampeador cirúrgico intraluminal curvo DCS25MM - Grampeador cirúrgico circular, com diâmetro de 25 mm, indicado para a confecção de anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, proporcionando fechamento seguro e uniforme do tecido. Possui sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA, conforme legislação sanitária aplicável.		
----	-----	----	--	--	--

13.3- O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

14 - DOS PRAZOS

14.1 - O prazo de vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas), quando serão reconhecidos seus efeitos, nos termos dos artigos 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 107 da mesma lei.

14.1.1- O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

14.2- Os preços não serão reajustados em períodos inferiores a 12 (doze) meses contínuos na contraprestação dos fornecimentos.

14.3- Farão parte do contrato decorrente deste Termo de Referência, independentemente de transcrição, todas as condições constantes do presente Termo, seus anexos e as propostas apresentadas pelas proponentes.

15 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - Para cobrir as despesas oriundas do contrato decorrente deste Termo de Referência será onerada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa para o exercício de 2026, no que couber, ficando o restante para o exercício de 2027.

5-030110.1030210032.348-33903000 – Material de Consumo

16. DAS AMOSTRAS E DEMONSTRAÇÃO DO PRODUTO

16.1. As empresas licitantes que estiverem temporariamente classificadas em primeiro lugar poderão ser convocadas a apresentar 03 (três) amostras de cada item, em sua embalagem original, devidamente identificadas com o número da licitação e o nome da proponente.

16.1.1. Os interessados deverão colocar à disposição do CONTRATANTE todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa necessários ao seu perfeito manuseio.

16.1.2. As amostras serão solicitadas quando o produto oferecido não for conhecido (não tiver sido testado e aprovado anteriormente pela Equipe de Saúde do CONTRATANTE) ou em caso de dúvida sobre a embalagem e especificações.

- 16.1.3.1.** Estão dispensadas da apresentação de amostras as marcas pré-aprovadas listadas no item 16.6, salvo solicitação expressa da fiscalização por motivo superveniente.

16.1.4. As amostras deverão ser entregues na Avenida Padre Jaime, nº 1500, Jardim Planalto Verde, Mogi Guaçu/SP, no Centro Cirúrgico, aos cuidados da Responsável Técnica Renata Bittencourt, no prazo



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

limite de até 03 (três) dias úteis. A empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventuais atrasos.

16.1.5. A Equipe de Saúde terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para análise das amostras, contados da entrega ou da demonstração. É facultada a prorrogação dos prazos mediante solicitação fundamentada antes do vencimento original.

16.1.6. A não entrega das amostras, o atraso injustificado ou a entrega fora das especificações resultará na recusa da proposta.

16.2. Dos Protótipos e Testes de Bancada: As amostras poderão ser manuseadas, abertas ou desmontadas pela equipe técnica para análise de conformidade. Caso o teste seja meramente técnico (simulação fora de paciente), não haverá direito a ressarcimento por material inutilizado.

16.2.1. Quando da efetivação do fornecimento, se o material entregue estiver em desacordo com as amostras aprovadas, ele será rejeitado, devendo a empresa substituí-lo em até 72 (setenta e duas) horas corridas, sob pena de sanções contratuais.

16.3. Da Sucessão de Classificação: Se a amostra do primeiro classificado for reprovada, será analisada a proposta do segundo classificado e assim sucessivamente, até que se atenda às especificações deste Termo de Referência.

16.4. Da Marca: Não será permitida a troca da marca inicialmente ofertada, exceto em caso de extinção ou suspensão de fabricação comprovada, mantendo-se o rito de análise de amostra para a nova marca.

16.5. DA DESTINAÇÃO DAS AMOSTRAS E TESTE CLÍNICO (IN VIVO)

16.5.1. A análise técnica poderá compreender o teste clínico, com a utilização das amostras em procedimentos cirúrgicos reais, visando avaliar a eficácia, ergonomia e segurança do produto.

16.5.2. Acompanhamento Técnico: É facultado à licitante manter representante técnico para acompanhar os testes clínicos e a demonstração, desde que identificado e submetido às normas de controle de infecção do Centro Cirúrgico. A ausência do representante não impede a realização do teste.

16.5.3. Das Amostras Aprovadas (Abatimento e Pagamento):

- I – Caso as amostras sejam utilizadas com sucesso em pacientes, a CONTRATANTE procederá ao pagamento de cada unidade utilizada pelo valor unitário da proposta. O quantitativo utilizado poderá ser abatido da primeira ordem de fornecimento ou faturado isoladamente mediante comprovação em folha de sala.
- II – Amostras aprovadas que não tenham sido abertas poderão, a critério da Administração, ser incorporadas ao estoque (abatendo-se da primeira entrega) ou devolvidas à empresa para retirada.

16.5.4. Das Amostras Reprovadas (Falha no Teste Clínico):

- I – Caso o produto apresente falha técnica ou desempenho insatisfatório durante o procedimento cirúrgico, será considerado reprovado.
- II – Sobre amostras reprovadas em teste clínico não caberá qualquer pagamento ou indenização, sendo o risco assumido integralmente pela licitante.
- III – A reprovação em teste clínico ensejará a desclassificação imediata da proposta e possíveis sanções administrativas.

16.5.5. Logística de Retirada: Amostras não utilizadas ou com embalagem íntegra deverão ser retiradas pela licitante em até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado, sob pena de perda do bem.

16.6. DAS MARCAS PRÉ-APROVADAS

- Itens 1 a 5: Ethicon e Vicare
- Itens 6 e 7: Ethicon, Vicare e Medtronic
- Item 8: Ethicon e Vicare

17 – HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A empresa vencedora deverá fornecer os seguintes documentos para fins de habilitação e qualificação:

17.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.
2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as **alterações ou da respectiva consolidação**.
3. Para **sociedades por ações**: estatuto social acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
4. Para **MEI**: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

5. **Empresa estrangeira:** Decreto de autorização de funcionamento no País e ato de registro expedido pelo órgão competente.

17.1.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Operacional)

1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica:** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento regular e satisfatório de grampeadores cirúrgicos ou correlatos, compatíveis com o objeto.
 - *Os atestados devem estar em papel timbrado, com assinatura e identificação do emissor.*
2. **Registro ou Notificação do Produto:** Cópia do registro na ANVISA ou publicação no D.O.U. Não serão aceitos protocolos de revalidação, apenas a comprovação de validade (pode ser cópia do site da ANVISA).

17.1.3 – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1. **CNPJ/MF** ativo.
2. **Inscrição Estadual e/ou Municipal**, conforme o ramo de atividade (Comércio, Serviço ou ambos).
3. **Certidão Federal (CND):** Tributos Federais e Dívida Ativa da União (abrange contribuições sociais).
4. **Certidão Estadual:** Débitos inscritos e não inscritos da sede da licitante.
5. **Certidão Municipal:** Tributos mobiliários da sede da licitante.
6. **FGTS:** Certificado de Regularidade (CRF).
7. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

17.1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

17.1.5 – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (Modelos em Anexo)

1. **Declaração Negativa de Parentesco** com agentes vinculados à licitação.
2. **Declaração de Custos Trabalhistas:** afirmando que a proposta cobre integralmente os direitos constitucionais e legais.
3. **Declaração de Reserva de Cargos** (PCD e reabilitados), conforme Lei nº 8.213/1991.
4. **Declaração de Veracidade** das informações prestadas.
5. **Para ME/EPP:** Declaração de enquadramento (LC 123/2006) e de limite de receita bruta (Art. 4º, § 2º, Lei 14.133/2021).
6. **Declaração Unificada:** conforme modelo do Edital.

17.1.6. DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS (Vigilância Sanitária)

Nota: Estes documentos devem ser anexados à proposta na plataforma BNC.

17.1.6 – DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS (Vigilância Sanitária)

Nota: Estes documentos devem ser anexados à proposta na plataforma BNC.

1. **Autorização de Funcionamento (AFE):** expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde.
2. **Licença ou Alvará Sanitário (LF):** estadual ou municipal.
 - *Se vencido, será aceito protocolo de renovação, desde que requerido no prazo legal antes do vencimento.*

3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DAS EXIGÊNCIAS – DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS (VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

4. - AUTORIZAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

5. A exigência de apresentação de declaração ou carta de autorização do fabricante, quando a licitante não for a fabricante do produto, tem como objetivo assegurar a procedência, rastreabilidade e regularidade da cadeia de comercialização dos grampeadores cirúrgicos a serem adquiridos.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

6. Considerando que os grampeadores cirúrgicos são classificados como produtos para saúde utilizados diretamente em procedimentos cirúrgicos, seu fornecimento deve observar as normas sanitárias estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, garantindo que a empresa responsável pela comercialização esteja devidamente habilitada pelo fabricante para distribuição do produto.
7. Tal exigência visa assegurar que o fornecedor possua vínculo formal com o fabricante, garantindo a autenticidade do produto ofertado, bem como a disponibilidade de suporte técnico, garantia, rastreabilidade de lotes e assistência em caso de eventuais intercorrências relacionadas ao produto.
8. Ressalta-se que a medida também contribui para evitar a comercialização de produtos de procedência desconhecida ou fora da cadeia oficial de distribuição, o que poderia comprometer a segurança dos procedimentos cirúrgicos e, conseqüentemente, a segurança do paciente.
9. Dessa forma, a exigência busca resguardar o interesse público, assegurando que os materiais adquiridos atendam aos requisitos sanitários e de qualidade necessários para sua utilização em ambiente hospitalar.
10. Os materiais deverão ser fornecidos em embalagem individual íntegra, contendo identificação do lote, data de fabricação e prazo de validade.
11. Em caso de defeito, falha de funcionamento, não conformidade ou divergência em relação às especificações técnicas, a empresa contratada deverá realizar a substituição imediata do produto, sem ônus para a Administração, garantindo a continuidade do atendimento hospitalar.
12. A contratada deverá apresentar **Carta de Autorização de Comercialização**, emitida pelo **fabricante ou pelo detentor do registro do produto junto à ANVISA**, em nome da empresa licitante, autorizando expressamente a **comercialização e fornecimento dos grampeadores cirúrgicos objeto deste certame para a região do Município de Mogi Guaçu/SP**.
A Carta de Autorização de comercialização deverá:
 - a) estar em papel timbrado do fabricante ou detentor do registro;
 - b) conter identificação do produto, marca e modelo;
 - c) estar dentro do prazo de validade;
 - d) conter assinatura do responsável legal da fabricante ou detentora do registro

17.2- DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

17.2.1- Validade: Os documentos devem estar dentro do prazo de validade oficial. Caso este seja omissivo, a validade será de **180 (cento e oitenta) dias** a contar da expedição.

- *Nota: Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativa (Art. 206 do CTN).*

17.2.2- Unidade de Contratação (Matriz e Filial):



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

- Os documentos devem corresponder ao CNPJ do estabelecimento (matriz ou filial) que firmará a Autorização de Fornecimento, salvo aqueles que, por natureza, são emitidos apenas pela matriz.
- Atestados de capacidade técnica são aceitos independentemente de terem sido emitidos para a matriz ou filial.

17.2.3- Autenticidade e Meios Eletrônicos:

- Documentos com certificação **ICP-Brasil** presumem-se verdadeiros, dispensando originais ou cópias autenticadas.
- O reconhecimento de firma só será exigido em caso de dúvida sobre a autenticidade.
- A verificação de certidões em sites oficiais pelo Pregoeiro constitui meio legal de prova.

17.2.4- Prerrogativas do Pregoeiro: O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos sobre documentos entregues, fixando prazo para atendimento. A falta de documentos ou a desconformidade com este Termo implicará inabilitação.

17.2.5- Tratamento para ME, EPP e MEI (LC 123/06):

- **Apresentação:** Devem apresentar toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista na habilitação, mesmo que contenha restrições.
- **Regularização:** Havendo restrição, o vencedor terá **5 (cinco) dias úteis** (prorrogáveis por igual período) para regularizar a situação.
- **Consequência:** A não regularização implica decadência do direito à contratação e sanções (Art. 155 da Lei 14.133/2021), podendo o Hospital Municipal convocar os licitantes remanescentes ou revogar o certame.

17.2.6- Procedimento de Inserção (Sistema BNC):

- O prazo para inserção de documentos é de **2 (duas) horas** após o comando no *chat* da plataforma BNC. O descumprimento sujeita o licitante à desclassificação.
- Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos exigidos.
- O envio de documentos não gera direito a qualquer indenização ou reparação ao licitante.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1- Execução e Pessoal:

- **18.1.1-** Executar fielmente o objeto conforme a proposta, utilizando profissionais treinados e com bons antecedentes.
- **18.1.2-** Manter canal de atendimento e preposto (com e-mail e telefone) para intermediação, notificações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- **18.1.3-** Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

18.1.4- Responsabilidade Financeira e Encargos:

- Arcar com todas as despesas diretas e indiretas (materiais, equipamentos, transportes, tributos, seguros e taxas).
- Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE, inexistindo qualquer vínculo empregatício ou solidariedade subsidiária.

18.1.5- Responsabilidade Civil e Danos:

- Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por seus prepostos.
- Ressarcir eventuais prejuízos em até **10 (dez) dias úteis** após apuração em processo administrativo, garantido o contraditório.

18.1.6- Comunicação e Fiscalização:

- Notificar imediatamente o Gestor do Contrato sobre qualquer anormalidade, fato ou condição que possa atrasar ou impedir a entrega do objeto.
- Atender prontamente às reclamações e recomendações da Fiscalização, desde que respeitado o escopo contratual.

18.1.7- Regras de Fornecimento:

- Entregar a Nota Fiscal detalhada conforme as especificações contratadas, sob ônus exclusivo da CONTRATADA.
- Não subcontratar, ceder ou transferir o contrato, total ou parcialmente, sem prévia autorização por escrito do CONTRATANTE.
- Zelar pelo fiel cumprimento do objeto, ciente de que fornecimentos excedentes ou diversos do pactuado não serão recebidos nem pagos



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

19 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1- Gestão e Fiscalização:

- **19.1.1-** Designar servidor para acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade do objeto antes do recebimento definitivo.
- **19.1.2-** Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições ou irregularidades para fins de correção ou substituição.
- **19.1.3-** Sustar ou recusar entregas em desacordo com as exigências contratuais.

19.2- Pagamento e Sanções:

- **19.2.1-** Efetuar o pagamento nos prazos e condições estabelecidos, mediante comprovação da entrega e regularidade documental.
- **19.2.2-** Notificar formalmente a intenção de aplicar multas ou sanções administrativas em caso de inadimplemento.

19.3- Isenção de Responsabilidade:

- O CONTRATANTE não responde por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados por esta na execução do objeto.

20 - DAS PENALIDADES

20.1. Das Infrações: A licitante ou contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no **Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo a inexecução parcial ou total do contrato, o retardamento injustificado da execução, a apresentação de documentação falsa, a fraude à licitação e o comportamento inidôneo.

20.2. Das Penalidades: O descumprimento das condições estabelecidas sujeitará a infratora às seguintes sanções, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

- **20.2.1. Advertência:** Aplicada em casos de irregularidades de pequena gravidade que não causem prejuízo significativo ao serviço.
- **20.2.2. Multas Moratórias (Atraso):** O atraso injustificado na entrega ou execução sujeitará a contratada à multa calculada sobre o valor da obrigação não cumprida:
 - **I - 0,5% (meio por cento) ao dia**, até o 15º dia de atraso;
 - **II - 1,5% (um e meio por cento) ao dia**, do 16º ao 30º dia de atraso, acumulada à multa anterior.
 - **III - Caracterização de Inexecução:** Ultrapassados 30 dias de atraso, poderá ser caracterizada a inexecução total, com as penalidades cabíveis.
- **20.2.3. Impedimento de Licitar e Contratar:** Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até **03 (três) anos**, nos casos previstos nos incisos II a VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021.
- **20.2.4. Declaração de Inidoneidade:** Pelo prazo mínimo de **03 (três)** e máximo de **06 (seis) anos**, nos casos previstos nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021.

20.3. Regras Gerais para Multas:

- **20.3.1.** O prazo para pagamento das multas é de **10 (dez) dias úteis** após a notificação oficial.
- **20.3.2. Retenção de Créditos:** A Administração poderá reter o valor da multa dos pagamentos eventualmente devidos à contratada ou proceder à cobrança judicial/inscrição em dívida ativa.
- **20.3.3. Cumulatividade:** A aplicação de multas não impede a aplicação das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, nem exime a empresa da reparação de danos e prejuízos causados ao Hospital.

20.4. Rescisão e Garantias: Independentemente das sanções, a Administração poderá rescindir o contrato unilateralmente nos termos da lei e recorrer às garantias constituídas para ressarcimento de perdas e danos.

22 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

22.1- As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

22.1.1- O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

22.1.2- As empresas participando da presente declararam que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e autorizam os agentes de contratação a coletar e tratar os dados pessoais de seus representantes, para o fim exclusivo de viabilizar o presente



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

procedimento de Pregão Eletrônico e a futura execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD:

22.1.2.1- Fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF dos representantes das empresas licitantes, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta;

22.1.2.2- A coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar o presente procedimento de Pregão Eletrônico e a futura execução do objeto contratado;

22.1.2.3- O agente de contratação não divulgará os dados pessoais coletados.

22.2- A empresa vencedora obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito neste termo.

22.2.1- A empresa vencedora não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados neste termo.

22.2.2- Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a empresa vencedora pela obtenção e gestão.

22.2.3- Os titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir sua continuidade no processo de Pregão Eletrônico.

23 – DO FORO

23.1- Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU - SP, para dirimir toda e qualquer demanda do contrato decorrente deste Termo de Referência, não resolvida administrativamente, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

24.1- Constitui motivos para denúncia do contrato decorrente deste Termo de Referência o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos.

24.2- A CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas e incidentes, que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

24.2.1- Para os casos previstos no item anterior, o CONTRATANTE poderá atribuir uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

24.3- As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que não seja interpretado como habitualidade ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao “interesse público”.

24.4- Considera-se dispensável a exigência de caução, como garantia contratual.

25 – DOS ANEXOS

25.1- São partes integrantes deste Termo de Referência, independentemente da transcrição de seus termos:

25.1.1- ANEXO I – Declaração Unificada;

25.1.2- ANEXO II – Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

25.1.3- ANEXO III – Declarações Complementares;

Mogi Guaçu, 11 de março de 2026.

Mislene Goulart dos Santos Silva
Gestora Autárquica de Planejamento

Renata Cristina Bittencourt Gonçalves
Coordenação Centro Cirúrgico



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP (papel timbrado da licitante)

AO
HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS
A/C DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

Eu, _____, representante legal da empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, declaro, sob as penas da Lei, o que se segue:

a) que em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte).

b) que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

_____, _____ de _____ de _____
Local dia mês

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTO À DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ANEXO III - DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (Papel timbrado da licitante)

AO
HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS
A/C DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

1) DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR, PARENTESCO OU VINCULO COM OS AGENTES VINCULADOS Á LICITAÇÃO OU AO SEU RESPECTIVO PROCESSO.

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal, sr(a) _____, portador(a) do CPF _____, considerando o disposto art. 14, inc., IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA** para todos os efeitos legais que:

- a) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, com agentes ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou agentes que tenham exercido atribuições administrativas no presente processo, nos termos da Legislação vigente;**
- b) está ciente da vedação da subcontratação, quando E SE autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente no exercício de atividades administrativas na licitação ou com agente ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e**
- c) são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.**

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

2) DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS CUSTOS

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, sr(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para todos os efeitos legais que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

3) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, sr(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA para todos os efeitos legais, que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

4) DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES, CONTEÚDO E DOCUMENTOS APRESENTADOS

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, sr(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA para todos os efeitos legais, a veracidade de todas as informações, declarações, conteúdos e dos documentos apresentados, firmando compromisso de colaboração em eventuais diligências e esclarecimentos.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado e de uso obrigatório por todas as licitantes)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Esta proposta deverá ser encaminhada somente pelo licitante classificado/vencedor, após etapa de lances e julgamento, após a realização do pregão, com o preço devidamente ajustado ao valor de fechamento da operação.

Não é necessária a apresentação desta Proposta de Preços antes da realização do pregão, como forma de ficha técnica, pois transgredir a legislação vigente na medida em que o Pregoeiro toma conhecimento dos nomes dos participantes antes da fase competitiva do pregão.

Ao Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos”

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 2026/012 – PROCESSO nº 2026/000031**

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento em CONSIGNAÇÃO de grampeadores cirúrgicos descartáveis para atender as demandas do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12(doze) meses.

NOME DA EMPRESA: _____
CNPJ/MF OU CPF/MF: _____ INSC. ESTADUAL Nº: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ CIDADE/ESTADO: _____
CEP: _____ TELEFONE/CELULAR: _____
E-MAIL: _____

Prezados Senhores,

Pelo presente instrumento, a empresa acima qualificada, através de seu representante legal infra-assinado, apresenta e submete à V.Sas., a Proposta de Preços, relativa a licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VR UNITARIO
1	300,00	UN	16.00003.000535 - Grampeador cirúrgico curvo cortante, com mandíbula de 40mm para acesso confinado, pré recarregado com cartucho, carga de 4 (quatro) linhas de grampo de titânio com fechamento 2,0mm com trava de segurança para evitar o disparo acidental, estéril, descartável, embalagem individual com barreira microbiana e abertura asséptica contento número de lote, prazo de validade e registro do Ministério da Saúde.		
6	300,00	UN	16.00001.000647 - Grampeador cirúrgico circular SCS 31MM - Grampeador cirúrgico circular, modelo SCS, com diâmetro de 31 mm, indicado para anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, promovendo fechamento seguro e uniforme do tecido. Deve possuir sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação		



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA, conforme legislação sanitária aplicável.		
7	300,00	UN	16.00003.000644 - Grampeador cirúrgico circular, com diâmetro de 29 mm, indicado para a confecção de anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, promovendo fechamento seguro e uniforme do tecido. Possui sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA		
8	300	UN	16.00003.000646 - Grampeador cirúrgico circular, com diâmetro de 25 mm, indicado para a confecção de anastomoses circulares em procedimentos do trato gastrointestinal, especialmente em cirurgias colorretais e esofagogástricas. Projetado para realizar ressecção e anastomose simultâneas, com formação de duas linhas concêntricas de grampos, proporcionando fechamento seguro e uniforme do tecido. Possui sistema de ajuste e compressão controlada, garantindo adequada aproximação tecidual, além de dispositivo de segurança para evitar disparo acidental. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro vigente na ANVISA, conforme legislação sanitária aplicável.		
Valor total dos itens cotados: R\$ _____ (_____)					

LOTE 01					
2	300,00	UN	16.00001.000662 - Grampeador cirúrgico linear cortante comprimento de 80 mm. Dimensão para grampos para tecidos normais e espesso de 3.8 mm, utilizado na realização de cirurgias geral do trato gastrointestinal, torácico e/ ou ressecção e criação de anastomoses, que dispare 6 linhas de grampos. Deve possuir trava de segurança para evitar o disparo acidental do grampeador. Carga auto ajustável, estéril, descartável, embalado individualmente com barreira microbiana e abertura asséptica. Contendo número de lote, prazo de validade e registro na ANVISA. Padronizados pela tabela SUS.		
4	500,00	UN	16.00001.000663 - Cartucho para grampeador cirúrgico linear cortante, com comprimento de 80 mm. indicado para tecidos espessos, compatível com grampos de 3.8 mm. Destinado à utilização em procedimentos cirúrgicos		



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			do trato gastrointestinal, torácicos e em ressecções com confecção de anastomoses, permitindo disparo de múltiplas linhas paralelas de grampos, com corte simultâneo do tecido, quando utilizado com o grampeador compatível. Cartucho com carga autoajustável, proporcionando compressão adequada e uniforme do tecido. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro válido na ANVISA, conforme legislação sanitária vigente.		
Valor total do Lote 01: R\$ _____ (_____)					

LOTE 02					
3	300,00	UN	16.00001.000648 - Grampeador cirúrgico linear cortante comprimento de 80 mm. Dimensão para grampos para tecidos normais e espesso de 4.8 mm, utilizado na realização de cirurgias geral do trato gastrointestinal, torácico e/ ou ressecção e criação de anastomoses, que dispare 6 linhas de grampos. Deve possuir trava de segurança para evitar o disparo acidental do grampeador. Carga auto ajustável, estéril, descartável, embalado individualmente com barreira microbiana e abertura asséptica, contendo número de lote, prazo de validade e registro na ANVISA. Padronizados pela tabela SUS.		
5	500,00	UN	16.00001.000649 - Cartucho para grampeador cirúrgico linear cortante, com comprimento de 80 mm, indicado para tecidos espessos, compatível com grampos de 4,8 mm. Destinado à utilização em procedimentos cirúrgicos do trato gastrointestinal, torácicos e em ressecções com confecção de anastomoses, permitindo disparo de múltiplas linhas paralelas de grampos, com corte simultâneo do tecido, quando utilizado com o grampeador compatível. Cartucho com carga autoajustável, proporcionando compressão adequada e uniforme do tecido. Produto estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, com barreira microbiana e sistema de abertura asséptica. A embalagem deve conter número do lote, prazo de validade e registro válido na ANVISA, conforme legislação sanitária vigente.		
Valor total do Lote 02: R\$ _____ (_____)					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

Observação: Os documentos técnicos, conforme elencados no ANEXO A (subitens 17.1.6, alíneas A, B e C), deverão ser anexados juntamente com a proposta de preços ajustada, na plataforma BNC.

CONDIÇÕES GERAIS



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

DECLARAMOS que o prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme determinado em Edital, no **ANEXO A – Termo de Referência**.

DECLARAMOS que estamos de acordo com os termos do Edital, e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e demais contribuições pertinentes de nossa responsabilidade, sem qualquer exceção, constituindo-se os referidos preços unitários na única contraprestação do HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS pelos efetivos fornecimentos, sob nossa conta e risco.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura da proponente/**representante legal da empresa**)



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ANEXO C

JUSTIFICATIVA PARA O CARATER SIGILOSO

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 24, autoriza o sigilo na divulgação do preço de referência, conforme transcrevemos:

“Art 24 Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I – o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;”

O caráter sigiloso do Orçamento tem como base a obtenção das melhores propostas, haja visto que a divulgação dos preços traria para o certame empresas sem a devida precisão orçamentária, e ensejaria o alinhamento de propostas; e o contrário é que as empresas apresentem seus preços de reservas. Com isso quer, ainda, atrair empresas com expertise na contratação pretendida.

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da aquisição, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase do processo. Desta forma e por todo justificado anteriormente, esta Prefeitura informa aos interessados que o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ANEXO – D

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026/012 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2026/000031

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento em CONSIGNAÇÃO de GRAMPEADORES CIRÚRGICOS descartáveis para atender as demandas do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12(doze) meses.

O **HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.015.438/0001-96 e isento de Inscrição Estadual, com sede na Avenida Padre Jaime, nº 1.500, Jardim Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, neste ato devidamente representado pelo Sr. **LUCIANO FIRMINO VIEIRA**, Superintendente, portador do RG nº 21.822.282-8 SSP/SP e CPF/MF nº 120.632.988-23, doravante denominado **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, Processo Licitatório nº **2026/000031**, RESOLVE registrar os preços exercidos pela empresa _____, com sede na Rua _____, nº _____, no Bairro _____, na cidade de _____, no estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada **DETENTORA DA ATA** indicada e qualificada neste contrato, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais nº 27.089 e 27.090, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.- A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição parcelada de GRAMPEADORES CIRÚRGICOS descartáveis em **CONSIGNAÇÃO** para atender a demanda do Hospital Municipal Dr. Tabajara, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado(s) Termo de Referência, anexo que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, sob pena de dar causa à extinção e responder pelas multas e sanções previstas em Lei.

1.2. - A DETENTORA DA ATA garante a qualidade dos produtos pelo período de validade, a contar da data da entrega ao **HOSPITAL**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1.- O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário

Depende do julgamento do Pregão...

2.2.- A DETENTORA DA ATA desta ATA deverá fornecer o(s) produto(s), mediante solicitação do servidor público designado como gestor da Ata.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):

3.1.- O Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos” é o único órgão gerenciador da presente ATA.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1.- Não será admitida a adesão a ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

5.1. - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. - A vigência estabelecida observará, a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. – As Atas decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.1. - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observado a classificação da licitação;

5.4.2. - Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. - O registro a que se refere o item 5.4. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item.

5.8. - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. - Após a homologação da licitação, o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. - A ata de registro de preço será assinada, preferencialmente, por meio de assinatura digital.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

5.11. - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1. - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do Caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

6.1.2. - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação;

6.1.3.2. - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SETIMA – NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

7.1. - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. - Na hipótese prevista no item anterior o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

7.2. - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1. - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. - Por razão de interesse público;

8.4.2. - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E LOCAL:

9.1. - DO PRAZO:

9.1.1. - Para cada pedido será encaminhada Autorização de Fornecimento, pelo setor responsável, através de e-mail cadastrado em nosso sistema.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

9.1.2. - O prazo de entrega será de no máximo 07 (Sete) dias úteis, após o envio da solicitação pela requisitante. O material poderá ser rejeitado se não estiver de acordo com o Termo de Referência e deverá ser substituído no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

9.1.3. - O CONTRATANTE se reserva no direito, caso ocorra algum imprevisto, de alterar as quantidades e datas para entrega, estabelecidas no Pedido de Compra, mediante comunicado com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

9.2. - DO LOCAL DE ENTREGA:

9.2.1.- As entregas deverão correr por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, na Farmácia do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, na **AVENIDA PADRE JAIME, Nº 1.500, JARDIM PLANALTO VERDE, NA CIDADE DE MOGI GUAÇU - SP**, no horário das 7h30min às 12h00min e das 13h00min às 15h30min, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, telefone (19) 3891-9444, ramal 307, E-mail: centrocirurgico@hmtrmogiguacu.com, cujas entregas, nas quantidades solicitadas, deverão estar obrigatoriamente acompanhadas do competente documento fiscal, devidamente discriminado com todos os produtos e respectivos valores.

CLÁUSULA DECIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

10.1. - O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) marca(s), são aqueles constantes na Cláusula Segunda desta Ata.

10.2. - Correrão por conta da **DETENTORA DA ATA** as despesas para o efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, carga e descarga, e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais do **CONTRATANTE**.

10.3. - Todos os materiais devem vir perfeitamente acondicionados em embalagens primarias e com especificações que facilitem sua armazenagem, e sem nenhum tipo de dano, contendo informações sobre a marca, fabricante, data de fabricação, número do lote, rótulo em português, prazo de validade e instruções para o armazenamento.

10.4- Quando da entrega, cada produto deverá vir acompanhado do competente documento fiscal e devidamente discriminado com as suas especificações;

10.4.1- Na falta destes, os produtos não serão recebidos;

10.5. - A DETENTORA DA ATA deverá adotar todas as medidas de precaução, para garantia de procedência, assegurando que os produtos estejam devidamente registrados no órgão a que estiver sob inspeção, garantindo-se com este, pelos fornecimentos junto ao **CONTRATANTE**.

10.6. - O(s) produto(s) ofertado(s) deverá(ão) atender a todas as condições fixadas nas normas e leis da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

10.7. - A DETENTORA DA ATA apresentará ao almoxarifado o(s) documento(s) fiscal(s) de cobrança do(s) produto(s) entregue(s), juntamente com os demais documentos exigidos em sua Cláusula Decima Segunda.

10.8. - O CONTRATANTE terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para aceitá-la ou rejeitá-la.

10.9. - A documentação fiscal não aprovada será devolvida para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

10.10. - A devolução da documentação fiscal não aprovada pelo **CONTRATANTE** em hipótese alguma servirá de pretexto para que seja suspenso o fornecimento.

10.11. - O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) **provisoriamente** no local mencionado na Cláusula Nona para posterior verificação do atendimento as especificações e condições pactuadas, especialmente quanto à qualidade e quantidade, após o que será expedido o termo de recebimento definitivo, observado para tanto o prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contados da entrega.

10.12. - O objeto, eventualmente entregue em desconformidade com a programação estabelecida e com o especificado, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas nesta Ata, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

10.13. - Em caso de diferença de quantidade, fica a **DETENTORA DA ATA** obrigada a providenciar sua complementação no prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contadas da data da notificação a ser expedida pelo **CONTRATANTE**, sob pena de incidência nas sanções mencionadas nesta ata.

10.14. - Em eventual suspeita de que o produto não atenda as especificações exigidas, ou que apresente má qualidade ou ainda que esteja impróprio para o uso, sua utilização será suspensa, encaminhando-se amostras para laboratório(s), de livre escolha do **CONTRATANTE** ou órgão aderente, para análise pertinente.

10.15. - Constatada irregularidade, a **DETENTORA DA ATA** marcará com todas as despesas da(s) análise(s), com retenção de valor eventualmente existente de créditos a seu favor, ou cobrança na inexistência destes, respondendo ainda pelas sanções previstas em sua Cláusula Décima Quinta.

10.16. - O recebimento definitivo não exime a **DETENTORA DA ATA** de suas responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

10.17. - No recebimento e aceitação do(s) produto(s) cujos preços estão registrados, serão observadas, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.18. - Será permitida a troca da marca inicialmente ofertada, por motivo justo e aceito pelo **CONTRATANTE**, desde que o novo produto atenda às características sensoriais, físicas, químicas e físico-químicas definidas na legislação pertinente.

10.19. - Todas as exigências para execução dos fornecimentos deverão ser observadas, tanto na fase de proposta como na fase contratual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

11.1. - DA DETENTORA DA ATA:

11.1.1. - A DETENTORA DA ATA obriga-se a executar fielmente o objeto especificado na sua proposta comercial, que faz parte integrante deste contrato, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes, responsabilizando-se integralmente pelo objeto, nos termos da legislação vigente, observando o estabelecido nos itens a seguir:

11.1.2- Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto e arcar com todos os impostos, responsabilidades trabalhistas, encargos sociais e responsabilizar-se pelo transporte necessário a execução do objeto;

11.1.3- Não ceder ou transferir o contrato, total ou parcialmente, a qualquer pessoa física ou jurídica, nem subcontratar total ou parcialmente o objeto dele decorrente, sem a prévia autorização do **CONTRATANTE**;

11.1.4- Responsabilizar-se por todo e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, na pessoa de prepostos ou estranhos, na execução do objeto contratado, assumindo todos os ônus de sua execução.

11.1.5- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, assistência técnica, seguro, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, o **CONTRATANTE** isento de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

11.1.5.1- A inadimplência da **DETENTORA DA ATA**, referente a esses encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento;

11.1.6- Assumir os riscos inerentes à atividade, bem como todo e qualquer ônus relativo a materiais, transporte, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes à Seguridade Social;

11.1.7- Informar à Fiscalização ou supervisão do **CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto, no todo ou em parte, de acordo com o prazo previsto;

11.1.8- Zelar pelo fiel cumprimento da ata, limitando a execução do mesmo ao objeto descrito no termo contratual, sob pena de não recebimento pelo que exceder nos fornecimentos executados, incorrendo ainda na mesma penalidade, no caso de fornecimento diverso do descrito no contrato.

11.1.9- Entregar a Nota Fiscal correspondente, observando que o ônus decorrente dessa entrega será por conta exclusiva da **DETENTORA DA ATA**;



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

11.1.9.1- A nota fiscal deverá conter a descrição detalhada do objeto executado pela **DETENTORA DA ATA**, de acordo com as especificações descritas no contrato;

11.1.10- Manter, durante toda a execução deste termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

11.1.11- Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

11.1.12 -Ressarcir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, os eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades no decorrer do objeto contratado, sem prejuízo de outras cominações de ordem legal, devidamente apurado em processo administrativo e observado o contraditório e a ampla defesa;

11.1.13- Manter canal de atendimento para representá-la durante a execução da ata para intermediar as solicitações entre as partes, realizada sempre que possível mediante mensagens eletrônicas/E-mails, o qual deverá ser aceito pelo **CONTRATANTE**.

11.1.14- Atender prontamente todas as recomendações do **CONTRATANTE**, que visem à regular execução da presente ATA, desde que mantido o escopo do objeto ora contratado.

11.1.15- Comunicar por escrito o **CONTRATANTE**, através do Gestor da Ata, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

11.1.16- Atender com prontidão às reclamações por parte do responsável pela fiscalização da execução do objeto.

11.2- A DETENTORA DA ATA manter preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico e telefone;

11.3- A DETENTORA DA ATA deve prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE** em qualquer etapa, da execução do objeto.

11.4. - DO CONTRATANTE:

11.4.1. - Além das obrigações da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações:

11.4.1.1. - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com **DETENTORA DA ATA**, efetuando o pagamento, através da apresentação dos documentos que comprovem sua entrega, no valor correspondente ao serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

11.4.2- Notificar, formal e tempestivamente, a empresa licitante vencedora sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato decorrente deste Termo de Referência;

11.4.3- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa licitante vencedora;

11.4.4- Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela empresa licitante vencedora, pertinentes ao objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência.

11.4.5- Notificar a empresa licitante vencedora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

11.4.6- Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

11.5- O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO(S) PREÇO(S), PAGAMENTOS E REAJUSTES:

12.1. - DO(S) PREÇO(S):

12.1.1. - O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) estão em conformidade com o(s) preço(s) consignado(s) na Ata da Sessão Pública, devidamente discriminados na Cláusula Primeira desta Ata.

12.1.2. - O VALOR GLOBAL da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ _____.
(_____).

12.2. - DO PAGAMENTO:



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

12.2.1. - Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até 30 d.d.l. (trinta dias da data líquida) da entrega do total, a contar da data do atesto da Fatura/Nota Fiscal, que será emitida conforme solicitação, por meio de depósito em moeda corrente, mediante Ordem Bancária.

12.2.2. - Os pagamentos dentro dos prazos previstos, somente serão efetuados após liberação do documento fiscal de cada entrega, mediante conferência dos produtos, aprovação e visto de cada Fiscal envolvido na Ata.

12.2.3. - Qualquer irregularidade constatada no ato do recebimento ou conhecida posteriormente será motivo suficiente para suspensão do pagamento, até que seja sanada a irregularidade.

12.2.4. - A **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica em respeito às normas tributárias do Estado de São Paulo.

12.2.4.1. - Qualquer atraso acarretado por parte da **DETENTORA DA ATA** na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

12.2.5. - Para recebimento dos pagamentos, a **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar junto ao documento fiscal, os seguintes documentos emitidos via Internet dentro de sua validade:

12.2.6. - Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

12.2.7. - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) referente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.2.7.1. - Também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional.

12.2.8. - Comprovada irregularidade na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

12.2.9. - A devolução da documentação fiscal pelo **CONTRATANTE**, em hipótese alguma servirá de pretexto para que seja suspenso o fornecimento.

12.2.10. - As comprovações dos documentos acima relacionados poderão ser feitas através das guias de recolhimento do mês anterior que antecede o pagamento.

12.2.11. - A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à **DETENTORA DA ATA** para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem **12.2.1**, que recomeçará a ser contado integralmente a partir de sua reapresentação.

12.3. - DO REAJUSTE:

12.3.1. – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

12.3.2. - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, caso não haja, no Termo de Referência, a indicação de outro índice, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, considerando como marco inicial a data-limite para a apresentação de propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

13.1. - As despesas oriundas desta Ata serão oneradas a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa para o exercício de 2026, no que couber, ficando o restante para o exercício de 2027:

5 – 030110.1030210032.348 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

13.2. Poderão, ainda, ser utilizadas dotações orçamentárias que não estão relacionadas acima, ou que venham a ser criadas, durante a vigência desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, através de simples APOSTILAMENTO.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1.- Não haverá garantia contratual para execução desta Ata, ficando a **DETENTORA DA ATA** sujeita as penalidades previstas abaixo caso não cumpra com as obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15 – DAS PENALIDADES

15.1- A empresa licitante vencedora será responsabilizada, administrativamente, quando praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

15.1.1- Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Hospital Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3- Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12- Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2- Em conformidade com o estabelecido no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a parte que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.3- ADVERTÊNCIA:

15.3.1- Serão aplicadas sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais a LICITANTE e/ou **DETENTORA DA ATA** tenha concorrido diretamente, e poderão instruídas no processo licitatório em referência.

15.4 - DAS MULTAS:

15.4.1- Será aplicada caso seja comprovado o atraso injustificado e sujeitará a empresa licitante vencedora à multa sobre o valor da obrigação não cumprida, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

15.4.1.1- 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

15.4.1.2- Superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1,5% (um por cento e meio) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem **15.4.1.1**;

15.4.1.3- Após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item **15.4.1.2**, cumulativamente a este.

15.4.1.4- O prazo para pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) será de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua cobrança.

15.4.1.4.1- Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá o **CONTRATANTE** proceder à cobrança judicial da multa.

15.4.1.5- As multas previstas nesta seção não eximem a empresa licitante vencedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao **CONTRATANTE**.

15.4.1.6- A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

15.4.1.7- As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

15.4.1.8- Multas não pagas serão inscritas como dívida ativa, sujeitando-se a empresa licitante vencedora a processo executivo.

15.4.1.9- As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e não eximem a empresa licitante vencedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar o **CONTRATANTE**.

15.4.1.10- Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, o **CONTRATANTE** reterá o valor da multa dos eventuais créditos que a empresa licitante vencedora tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

15.4.2- IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - Pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** por prazo não superior a 03 (três) anos, no caso de reincidência em faltas já apenadas com ADVERTÊNCIA, bem como no caso de faltas graves que impliquem a rescisão deste contrato.

15.4.2.1- Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos da empresa licitante vencedora, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

15.4.3- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser aplicada quando a empresa licitante vencedora praticar atos ilícitos ou cometer faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

15.5- As sanções descritas serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia, nos prazos determinados pela Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6- Sem prejuízo da aplicação à empresa licitante vencedora das sanções cabíveis, o **CONTRATANTE** recorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes deste contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

15.7- Dependendo da infração cometida, o **CONTRATANTE**, a seu critério poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, DOS FORNECIMENTOS:

16.1.- Caberá à Fiscalização de cada setor do **CONTRATANTE**, envolvidos nesta Ata, através de seus gestores e fiscais, o acompanhamento dos fornecimentos visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais, podendo a qualquer tempo solicitar informações sobre o andamento dos fornecimentos, devendo a **DETENTORA DA ATA** prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar o **CONTRATANTE** da ocorrência de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou resultado final dos fornecimentos.

16.2- As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **DETENTORA DA ATA** deverão ocorrer sempre por meio escrito, exceto aquelas caracterizadas como de rotina.

16.2.1- Na hipótese de a **DETENTORA DA ATA** se negar a passar recibo das comunicações a ela feitas, serão estas consideradas entregues para todos os efeitos legais;

16.3- Constatados os regulares fornecimentos, que são objeto da presente Ata, cabe à fiscalização da **CONTRATANTE** atestar a sua satisfatória execução;

16.4- A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **DETENTORA DA ATA**, no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às suas consequências perante o **CONTRATANTE** ou perante terceiros.

16.4.1- A ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará em corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.

16.5- A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos fornecimentos, inclusive podendo determinar a paralisação deles quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

16.6- Na fiscalização serão observados todos os termos estabelecidos em Ata, obrigando-se a **DETENTORA DA ATA** a atender a todas as determinações da **CONTRATANTE**, devendo as partes cuidar para que não haja qualquer grau de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, controle de frequência, aplicação de sanção ou penalidade administrativa ou funcional, ou supervisão direta sobre os empregados da **DETENTORA DA ATA**.

16.7- A ação ou omissão total ou parcial do **CONTRATANTE**, através de cada setor envolvido, não eximirá a **DETENTORA DA ATA** de total responsabilidade na execução dos fornecimentos, com toda cautela, segurança e nas condições estabelecidas nesta Ata e seus anexos.

16.8- Muito embora a **CONTRATANTE** tenha o direito de acompanhar, orientar e fiscalizar a execução dos fornecimentos fica expressamente vedado o seguinte:

16.8.1- O poder de mando sobre os empregados da **DETENTORA DA ATA**, reportando-se, quando necessário, ao preposto ou gestor indicado pela **DETENTORA DA ATA**.

16.8.2- Considerar os trabalhadores da **DETENTORA DA ATA** como colaboradores eventuais do próprio órgão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

17.1- A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2- As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **DETENTORA DA ATA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.3- O **CONTRATANTE** poderá convocar representante da **DETENTORA DA ATA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.4- A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

17.5- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos do “caput” do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Gestora e Fiscal do contrato, descritos abaixo, designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da mesma Lei:

17.5.1 – GESTORA DA ATA:

Nome: Renata Cristina Bittencourt Gonçalves

Função: Coordenadora do Centro Cirúrgico

CPF/MF nº 261.061.798-40

E-mail: centrocirurgico@hmtrmogiguacu.com

17.5.2- FISCAL DA ATA:

Nome: Mislene Goulart dos Santos Silva

Cargo: Gestora Autárquica de Planejamento

CPF/MF nº 226.261.178-64

E-mail institucional: enfermagem.adm@hmtrmogiguacu.com;

17.5.3 – PREPOSTO:

Nome:

Função:

CPF/MF nº

E-mail:

17.6- São responsabilidades do **FISCAL**, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

17.6.1- Acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o **CONTRATANTE**;



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

17.6.2- Anotar em histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

17.6.3- Identificar qualquer inexistência ou irregularidade e emitir notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção;

17.6.4- Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, inclusive quando ocorrer descumprimento das obrigações contratuais, atuando, tempestivamente, na solução do problema.

17.6.5- Verificar, ainda, a manutenção das condições de habilitação da **DETENTORA DA ATA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

17.7- São responsabilidades do GESTOR, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

17.7.1- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

17.7.2- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração;

17.7.3- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da **DETENTORA DA ATA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

17.7.4- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela **DETENTORA DA ATA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

17.7.5- Tomar providências para a formalização de possível processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

17.7.6- Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

17.7.7- Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

17.8- A indicação ou a manutenção do preposto da **DETENTORA DA ATA** poderá ser recusada pela **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo a **DETENTORA DA ATA** designar outro para o exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VEDAÇÃO AOS ATOS DE CORRUPÇÃO:

18.1- Para a execução desta Ata, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, de acordo com a Lei 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

19.1- As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

19.1.1- O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018, às quais se submeterão os fornecimentos, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

19.1.2- Os licitantes participando da presente declararam que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e autorizam os agentes de contratação a coletar e tratar os dados pessoais de seus representantes, para o fim exclusivo de viabilizar o presente procedimento licitatório e a futura execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD: Fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF dos representantes das licitantes, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta; II. a coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar o presente procedimento licitatório e a futura execução do objeto contratado; III. O agente de contratação não divulgará os dados pessoais coletados.

19.2- A **DETENTORA DA ATA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito nesta Ata.

19.2.1- A **DETENTORA DA ATA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos fornecimentos especificados nesta Ata.

19.2.2- Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do fornecimento, esta será realizada após prévia aprovação do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **DETENTORA DA ATA** pela obtenção e gestão.

19.2.3- Os titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir sua continuidade no processo licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1- A execução da presente Ata será acompanhada e fiscalizada pelos gestores mencionados na **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**, permitida a assistência de terceiros;

20.2- É expressamente vedada à **DETENTORA DA ATA** a cessão, transferência ou a subcontratação total ou parcial a terceiros a execução do objeto desta Ata.

20.3- Fica expressamente estabelecido, por força desta Ata, a isenção de qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**, ficando a **DETENTORA DA ATA**, a total responsabilidade de empregadora com as despesas de seus empregados, inclusive os encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra, obrigando-se assim ao cumprimento das disposições legais, quer quanto à remuneração de seus empregados, como dos demais encargos de qualquer natureza, e seguro contra acidentes de trabalho.

20.4- A inadimplência da **DETENTORA DA ATA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta Ata, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **CONTRATANTE**, nem pode onerar o objeto desta Ata, razão pela qual a **DETENTORA DA ATA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

20.5- Fazem parte integrante da presente Ata, independente da transcrição de seus termos, a proposta de preços apresentada pela **DETENTORA DA ATA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS:

21.1.- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

22.1.- Esta Ata de Registro de Preços será publicada no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

22.2.- Para fins de garantir a ampla publicidade, esta Ata e/ou seu extrato serão divulgados:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

II – Portal transparência <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/1/LICITACOES>

III - Diário Oficial do Município

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:

23.1.- Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relativas ou resultantes desta Ata, que não tenham sido resolvidas administrativamente.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas desta Ata, firmada na presença de testemunhas legalmente capazes.

Mogi Guaçu, na data da assinatura digital e/ou física, assim considerada a data da última assinatura digital e/ou física dentre os representantes legais das partes.

P/ CONTRATANTE:

Luciano Firmino Vieira
CPF/MF nº 120.632.988-23
Superintendente
superitendencia@hmtrmoguacu.com

P/ DETENTORA DA ATA:

Nome:
CPF/MF nº
Cargo:
Email:

TESTEMUNHAS:

Adriana Helena Franco Guidotti
Secretaria Autárquica Administrativa

Marcos Cesar Leone Guimarães
Secretário Autárquico Financeiro

GESTOR:

Renata Cristina Bittencourt Gonçalves
Coordenadora do Centro Cirúrgico

FISCAL

Mislene Goulart dos Santos Silva
Gestora Autárquica de Planejamento

VISTO DO JURIDICO:



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ANEXO E

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS, CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96,

DETENTORA DA ATA: _____ – CNPJ/MF nº _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM): ____/HMTR/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de **GRAMPEADORES CIRURGICOS** descartáveis em **CONSIGNAÇÃO** para atender a demanda do Hospital Municipal Dr. Tabajara, por um período de 12 (doze) meses

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pelo contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mogi Guaçu, na data da assinatura digital e/ou física, assim considerada a data da última assinatura digital e/ou física dentre os representantes legais das partes.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO:	RESPONSÁVEL PELA RATIFICAÇÃO:
Nome: Luciano Firmino Vieira Cargo: Superintendente CPF/MF nº 120.632.988-23	Nome: Luciano Firmino Vieira Cargo: Superintendente CPF/MF nº 120.632.988-23 Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:	
Pelo CONTRATANTE: Nome: Luciano Firmino Vieira Cargo: Superintendente CPF/MF nº 120.632.988-23 Assinatura: _____	Pela DETENTORA DA ATA: Nome: _____ Cargo: _____ CPF/MF nº _____ Assinatura: _____



HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: Marcos Cesar Leone Guimarães
Cargo: Secretário Autárquico Financeiro
CPF/MF nº 300.027.158-99
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Renata Cristina Bittencourt
Gonçalves
Cargo: Coordenadora do Centro Cirúrgico
CPF/MF nº 261.061.798-40
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Mislene Goulart dos Santos Silva
Cargo: Gestora Autárquica de Planejamento
CPF/MF nº 226.261.178-54
Assinatura: _____

CONDUÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Nome: Maria Regina Bando da Silva
Cargo: Pregoeira/Agente de Contratação
CPF/MF nº _____
Assinatura: _____

AUXILIAR DO PREGOEIRO NA SESSÃO PÚBLICA:

Nome: _____
Cargo: Equipe de Apoio/Agente de Contratação
CPF/MF nº _____
Assinatura: _____

VISTO DO JURIDICO: